

continuação

Cão Cidadão Administração de Franchising Ltda. ("Cão Cidadão"): Plataforma de adestramento e de prestação de serviços de consultoria sobre comportamento e bem-estar dos pets...

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras
2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

6. Estoque
6.1. Política contábil: Registrados pelo custo de aquisição, incluindo tributos não recuperáveis, custos de transportes e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais...

7. Impostos e Contribuições a Recuperar
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - Substituição Tributária ICMS ST (a)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS

8. Imposto de Renda e Contribuição Social
8.1. Política contábil: A despesa com Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

9. Investimentos
9.1. Política contábil: Investimentos em controladas: Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, a partir da data de controle.

3. Novas Normas e Interpretação ainda não Efetivas
Não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia decorrente das seguintes normas novas e alterações:
Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1);

Table with 4 columns: Controladora, 2023, 2022, Consolidado. Rows include Caixa e bancos, Aplicações financeiras, Certificados de Depósito Bancário - CDBs, Operadoras de cartões, Contas a receber com partes relacionadas, Duplicatas a receber.

Pet Center Comércio e Participações S.A.

(*). Apresentadas líquidas das taxas de administração por elas cobradas. O prazo médio de recebimento das contas a receber, representado substancialmente por operadoras de cartões...

Table with 4 columns: Controladora, 2023, 2022, Consolidado. Rows include Vencidos, A vencer, Mercadorias para revenda, Adiantamento de importação, Outros.

6.1. Política contábil: Registrados pelo custo de aquisição, incluindo tributos não recuperáveis, custos de transportes e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais...

Table with 4 columns: Controladora, 2023, 2022, Consolidado. Rows include Mercadorias para revenda, Adiantamento de importação, Outros, Provisão para perdas.

6.3. Perdas estimadas em estoques:
Saldo no início do exercício
Saldo no fim do exercício

Table with 4 columns: Controladora, 2023, 2022, Consolidado. Rows include Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

8.2. Composição:
2023 2022 2023 2022

8.3. Análise da alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social: A conciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

Table with 4 columns: Controladora, 2023, 2022. Rows include Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Alíquota nominal - %, Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal.

Table with 4 columns: Controladora, 2023, 2022. Rows include IRPJ, CSLL, IRPJ, CSLL.

9. Investimentos
9.1. Política contábil: Investimentos em controladas: Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial...

Table with 4 columns: Controladora, 2023, 2022. Rows include Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Alíquota nominal - %, Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal.

9.5. Aquisição Petix: Em 1º de julho de 2022 a Companhia adquiriu 100% do capital social e obteve controle da Selected Participações S.A. ("Petix"), empresa que atua principalmente com a industrialização e comercialização de tapetes higiênicos no mercado Pet...

9.2. Movimentação dos investimentos: Saldo em Aportes de Equivalência, Saldo em Incorporação

Table with 4 columns: CDSG (1), Cidadão, Zee.Dog, Petix, Total. Rows include Participação no capital, Patrimônio líquido, Total de ativos, Total de passivo, Resultado do exercício.

identificáveis na data da aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho por compra vantajosa.

9.3. Informações financeiras das controladas:
Em 31 de dezembro de 2023

Table with 5 columns: CDSG, Cidadão, Zee.Dog, Petix, Total. Rows include Participação no capital, Patrimônio líquido, Total de ativos, Total de passivo, Resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2022

Table with 5 columns: CDSG, Cidadão, Zee.Dog, Petix (2), Total. Rows include Participação no capital, Patrimônio líquido, Total de ativos, Total de passivo, Resultado do exercício.

Abaixo demonstramos a movimentação das contas a pagar pela aquisição de controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Table with 3 columns: Controladora, 2023, 2022. Rows include Saldo no início do exercício, Adições, Atualização CDI, Atualização a valor justo, Pagamentos.

5.1. Política contábil: As contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para perdas esperadas.

Table with 3 columns: Controladora, 2023, 2022. Rows include Saldo no início do exercício, Adições, Atualização CDI, Atualização a valor justo, Pagamentos, Saldo no fim do exercício.

continuação

continuação

Pet Center Comércio e Participações S.A.

Main financial statement table with columns for 1st to 14th periods and consolidated data. Includes sections for 18.5. Ações em tesouraria, 18.6. Dividendos, 19. Partes Relacionadas, 20. Receita Operacional Líquida, 20.1. Política contábil, 20.2. Composição, 21. Despesa por Natureza, 22. Resultado Financeiro, 23. Arrendamentos de Direito de Uso, 23.1. Política contábil, 23.2. Características, 23.3. Movimentação dos arrendamentos, 24. Instrumentos Financeiros, and 24.1. Considerações gerais e políticas.

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

Pet Center Comércio e Participações S.A.

	Controladora		Consolidado		Consolidado:	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos	Até 5 anos	Até 5 acima de 5 anos	Total	31 de dezembro de 2023	Taxa utilizada CDI Cetip	Efeito	Cenário I (Alta 50%)	Cenário II (Alta 25%)	
	2023	2022	2023	2022														
Passivos financeiros e arrendamentos de direito de uso					Operação													
Passivos financeiros - custo amortizado:					Fornecedores	409.066												
Empréstimos, financiamentos e debêntures	422.841	98.119	434.708	113.101	Empréstimos, financiamentos e debêntures		87.963	87.708	119.660	210.934	150.942							
Instrumentos derivativos	14.936	-	14.936	-	Instrumentos derivativos						14.936							
Fornecedores	388.936	334.361	409.066	366.585	Contas a pagar pela aquisição de controladas							3.680	3.339	152.117	2.820	1.932		
Contas a pagar pela aquisição de controladas	104.767	98.086	104.767	99.587	Arrendamento a pagar													
Arrendamento a pagar - direito de uso	1.034.357	1.048.657	1.038.545	1.062.212														
Total passivos financeiros	1.965.837	1.579.223	2.002.022	1.641.486														
<p>c) Gestão de risco financeiro: Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (risco de taxa de juros), de crédito e de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. c.1) Risco de mercado: A Companhia está exposta principalmente à possibilidade de flutuações na taxa de juros e taxa de câmbio. O risco de taxa de juros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 decorre de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, líquidos das aplicações financeiras. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. c.2) Risco de crédito: A Administração classifica como baixo o risco de crédito em virtude de as vendas serem realizadas para um grande número de clientes e grande parte da carteira de clientes ser predominantemente oriunda de vendas por meio de operadoras de cartões de crédito e débito. Em relação ao saldo de caixa e equivalentes de caixa, a Companhia considera que o risco de crédito é baixo, com base nos ratings de crédito externo das contrapartes. A Companhia trabalha com bancos de primeira linha classificados com ratings entre AAA e AA. As exposições máximas ao risco de crédito podem ser observadas nas notas nº 4.2 e nº 5. c.3) Risco de liquidez: A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e de investimentos. O monitoramento engloba, ainda, o ciclo de caixa com dias de estoque, dias de fornecedor e dias de contas a receber. A gestão prudente do risco de liquidez implica manter disponibilidades de caixa e relacionamento próximo com bancos para captação de recursos por meio de linhas de crédito. A seguir, detalhes do vencimento dos passivos financeiros e passivo de arrendamento contratados (valor nominal com juros futuros).</p>																		
	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos	Até 5 anos	Até 5 acima de 5 anos	Total											
Controladora:																		
Operação																		
Fornecedores	388.936						388.936											
Empréstimos, financiamentos e debêntures	76.096	87.708	119.660	210.934	150.942		645.340											
Instrumentos derivativos					14.936		14.936											
Contas a pagar pela aquisição de controladas	3.680	3.339	152.117	2.820	1.932		163.888											
Arrendamento a pagar	223.294	210.122	196.422	168.355	138.498	356.880	1.293.571											

A Diretoria: Vanessa Tondato - Contadora CRC 1SP 251.074/O-6

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Pet Center Comércio e Participações S.A.**, São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pet Center Comércio e Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Pet Center Comércio e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Valor recuperável da unidade geradora de caixa que inclui ativos de vida útil indefinida (ágio e marcas):** Veja as notas explicativas nº 09 e nº 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem saldos significativos de ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio por expectativa de rentabilidade futura e marca) relativos à aquisição da Zee.Dog, os quais estão sujeitos ao teste anual de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01/IAS 36. Na determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) que inclui tais ativos significativo na determinação de certas premissas a serem utilizadas na projeção dos fluxos de caixa futuros, que incluem crescimento dos negócios, taxa de desconto e taxa de inflação. Devido ao grau de julgamento envolvido na seleção de tais premissas para a determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros da unidade geradora de caixa por parte da Companhia, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Obtenção do entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, que inclui a projeção dos fluxos de caixa futuros da unidade geradora de caixa para fins de determinação do valor recuperável do ágio e marca UGC Zee.Dog disponibilizados pela Companhia. (ii) Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, para a UGC Zee.Dog, avaliamos a razoabilidade e metodologias utilizadas pela Companhia para a determinação das principais premissas relativas às taxas de crescimento dos negócios, taxa de desconto e taxa de inflação, através de procedimentos que incluíram a comparação das premissas utilizadas pela Companhia, quando disponíveis, com dados obtidos de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e taxas de desconto. (iii) Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas consideram todas as informações relevantes. Baseado nas evidências obtidas pelos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) Zee.Dog que contém os ativos de vida útil indefinida (ágio e marca), bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas como um todo. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro

25. Resultado por Ação

Conforme mencionado na nota explicativa nº 18.1, o capital social da Companhia é constituído de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 - Lucro por Ação, na tabela a seguir está reconciliado o lucro dos exercícios de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 com os valores usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2023	2022
Lucro líquido básico e diluído:		
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia utilizado na apuração do lucro líquido básico e diluído por ação	16.349	50.590
Ações disponíveis:		
Média ponderada de ações em circulação utilizadas na apuração do lucro líquido básico por ação	462.350.613	460.614.981
Média ponderada dos direitos de ações concedidos utilizadas na apuração do lucro líquido diluído por ação	-	-
Média ponderada das ações disponíveis	462.350.613	460.614.981
Lucro líquido por ação - básico - R\$	0,03536	0,10983
Lucro líquido por ação - diluído - R\$	0,03536	0,10983

26. Informação por segmento

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como varejo e está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins comerciais e gerenciais. As informações são apresentadas de forma consistente para o principal tomador de decisões do Grupo que é o CEO - Chief Executive Officer, responsável pela alocação de recursos e avaliação das operações. Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta por categoria, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta, líquida de cancelamentos				
Venda de mercadorias	3.429.510	2.984.462	3.655.424	3.227.779
Venda de serviços e demais receitas	124.879	135.598	128.958	138.871
Programa de fidelização	2.212	195	2.212	195
Total	3.556.601	3.120.255	3.786.594	3.366.845

Adicionalmente, a Companhia também acompanha suas receitas brutas com base nos seguintes canais de venda:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Canais de venda				
Digital	1.378.140	1.053.896	1.432.043	1.219.732
Físico	2.178.461	2.066.359	2.354.551	2.147.113
Total	3.556.601	3.120.255	3.786.594	3.366.845

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Rede Integrada de Lojas de Conveniência e Proximidade S.A.

CNPJ/MF 26.563.652/0001-28 - NIRE 35.3.0053966-4

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2024

1. Data, hora e local: No dia 19 de março de 2024, às 11 (onze) horas, na sede social da Rede Integrada de Lojas de Conveniência e Proximidade S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua do Rocio nº 351, Conjunto 12, 61, 62, 91 e 92, Vila Olímpia. **2. Convocação e Presença:** Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social da Companhia, dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia ("Conselheiros"). **3. Mesa:** Os Conselheiros escolheram para presidir os trabalhos o Sr. Marcos Guilherme Tiburcio Fernandes; que convidou a Sra. Andréa Gonçalves de Oliveira para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) realização da 2ª (segunda) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, pelo rito de registro automático, da Companhia, no valor total de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Emissão") e "Notas Comerciais Escriturais", respectivamente, nos termos do "Termo de Emissão da 2ª (segunda) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, pelo Rito de Registro Automático, da Rede Integrada de Lojas de Conveniência e Proximidade S.A.", a ser celebrado, entre a Companhia e a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., representando a comunhão dos titulares das Notas Comerciais Escriturais ("Termo de Emissão", "Agente Fiduciário" e "Titulares das Notas Comerciais Escriturais", respectivamente), nos termos do artigo 45 e seguintes da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021 ("Lei 14.195"), observado que as Notas Comerciais Escriturais serão destinadas para distribuição pública, pelo rito de registro automático, em regime de garantia firme de colocação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Lei 14.195 e do artigo 26, inciso X, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022 ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente); (ii) a constituição, pela Companhia, em favor do Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido abaixo), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo); (iii) autorizar a Diretoria da Companhia, representada por seus procuradores, conforme o caso, a negociar todos os termos e condições aplicáveis às deliberações aprovadas acima, bem como a praticar todos os atos e assinar todos os documentos, aditamentos, anexos, procurações, retificações ou ratificações aos documentos, documentos necessários, acessórios e relacionados à realização e correta formalização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, o Termo de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, do 2º (segunda) Emissão da Rede Integrada de Lojas de Conveniência e Proximidade S.A., a ser celebrado entre a Companhia e a instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários responsáveis pela colocação das Notas Comerciais Escriturais ("Contrato de Distribuição" e "Coordenador Líder", respectivamente), bem como assinar os documentos acessórios que se façam necessários, contratação do Agente Fiduciário e dos demais prestadores de serviço; e (iv) ratificar todos os atos que tenham sido praticados pela Diretoria, representada por seus procuradores, conforme o caso, anteriormente à data desta Reunião. **5. Deliberações tomadas:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os Conselheiros decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, aprovar: (i) aprovar a Emissão e a Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio do Termo de Emissão: a) Número da Emissão: A Emissão representa a 2ª (segunda) emissão de notas comerciais escriturais da Companhia. b) Número de Séries: A Emissão será realizada em série única. c) Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("Valor Total da Emissão"). d) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Primeira Data de Integralização (conforme definida abaixo) ("Data de Início da Rentabilidade"). e) Quantidade de Notas Comerciais Escriturais: Serão emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) Notas Comerciais Escriturais. g) Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). h) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade: As Notas Comerciais Escriturais serão emitidas sob a forma escritural, sem emissão de cautelares ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais Escriturais será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme definido no Termo de Emissão), adicionalmente, com relação às Notas Comerciais Escriturais que estiverem custodiadas eletronicamente na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do titular das Notas Comerciais Escriturais, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais Escriturais. i) Prazo e Data de Vencimento: Observado o disposto no Termo de Emissão, as Notas Comerciais Escriturais terão prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 28 de março de 2025 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais, de Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Escriturais ou de Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definidos). j) Atualização do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais: O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente. k) Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de 1 (um) dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida de spread (sobretaxa) de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula prevista no Termo de Emissão. l) Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, de Resgate Antecipado Facultativo Total ou de Aquisição Facultativa, nos termos previstos no Termo de Emissão, a Remuneração será paga em uma única parcela, na Data de Vencimento ("Data de Pagamento da Remuneração"). m) Amortização do Valor Nominal Unitário: O saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais será amortizado em parcela única, na Data de Vencimento ("Data de Amortização"), sem prejuízo de eventual pagamento antecipado das Notas Comerciais Escriturais. n) Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Notas Comerciais Escriturais serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Notas Comerciais Escriturais nela custodiadas eletronicamente; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador para as Notas Comerciais Escriturais que não estejam custodiadas eletronicamente na B3 ("Local de Pagamento"). o) Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo imp puntualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos titulares das Notas Comerciais Escriturais, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"). p) Classificação de Risco: Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir rating às Notas Comerciais Escriturais. q) Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Escriturais: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais Escriturais ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) mais Encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total e (c) prêmio equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) flat incidente sobre o resultado do somatório dos itens (a) e (b) acima ("Valor do Resgate Antecipado"). r) Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Notas Comerciais Escriturais, endereçada a todos os titulares das Notas Comerciais Escriturais, sendo assegurado a todos os titulares das Notas Comerciais Escriturais igualdade de condições para aceitar o resgate das Notas Comerciais Escriturais por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). Não será admitida a oferta resgate antecipado parcial das Notas Comerciais Escriturais. O valor a ser pago aos titulares das Notas Comerciais Escriturais será equivalente (i) Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido (ii) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) mais Encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (iii) se for o caso, aplicando-se sobre o valor total um prêmio informado pela Emitente na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado, que não poderá ser negativo. A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada na forma descrita no Termo de Emissão. s) Amortização Extraordinária Facultativa: Não será admitida a realização de amortização extraordinária facultativa das Notas Comerciais Escriturais. t) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, condicionado ao aceite do respectivo Titular da Nota Comercial Escritural vendedor, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Nota Comercial Escritural por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo tal fato constar do relatório de administração e das demonstrações financeiras da Companhia, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras estabelecidas na Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022. A Aquisição Facultativa será operacionalizada na forma descrita no Termo de Emissão. u) Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica: As Notas Comerciais Escriturais serão depositadas para (i) distribuição primária através do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário e custódia eletrônica por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Notas Comerciais Escriturais custodiadas eletronicamente na B3. v) Colocação e Procedimento de Distribuição: As Notas Comerciais Escriturais serão objeto de distribuição pública, destinada à Investidores Profissionais, pelo rito de registro automático, sob o regime de garantia firme de colocação com relação à totalidade das Notas Comerciais Escriturais, com a intermediação do Coordenador Líder, nas condições previstas no Contrato de Distribuição, a ser celebrado entre a Companhia e o Coordenador Líder. w) Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Notas Comerciais Escriturais serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição") na primeira data de integralização ("Primeira Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Nota Comercial venha ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização. x) Destinação dos Recursos: Os Recursos Líquidos captados por meio da Emissão serão destinados para a realização de investimentos e reforço de caixa da Companhia. y) Vencimento Antecipado: Observado o disposto no Termo de Emissão, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais e exigir de imediato o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade até a data do seu efetivo pagamento, bem como dos Encargos Moratórios aplicáveis e das demais obrigações pecuniárias previstas no Termo de Emissão, na ocorrência das hipóteses descritas no Termo de Emissão, observados os eventuais prazos de cura, quando aplicáveis (cada uma dessas, um "Evento de Vencimento Antecipado"). z) Garantia Real: Para assegurar o fiel, integral e pontual cumprimento pela Companhia em relação a todas e quaisquer obrigações, principais ou acessórias, presentes e futuras assumidas pela Companhia nos termos das Notas Comerciais Escriturais, no Termo de Emissão e/ou no Contrato de Garantia, incluindo todos e quaisquer valores, sem limitação, como o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, a Remuneração, os Encargos Moratórios, verbas de caráter indenizatório, a remuneração do Agente Fiduciário e demais despesas por este realizadas na execução da sua função, bem como todo e qualquer custo ou despesa, inclusive de honorários advocatícios, peritos ou avaliadores, comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário, do Agente de Liquidação (conforme definido no Termo de Emissão), do Escriturador, dos Bancos Depositários (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) ou pelos Titulares de Notas Comerciais Escriturais em decorrência de processos, procedimentos, outras medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Notas Comerciais Escriturais e/ou do Termo de Emissão ("Obrigações Garantidas"), as Notas Comerciais Escriturais contarão com a seguinte garantia real ("Garantia Real" ou "Garantias"): (i) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios: garantia real, na forma de cessão fiduciária sobre a propriedade fiduciária, a titularidade e o domínio resolúveis e a posse indireta de todos os direitos, inclusive creditórios, presentes e futuros, emergentes da Conta Vinculada (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Administração de Conta (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), na qual deverá conter um Saldo Mínimo (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, bem como quaisquer investimentos, recursos, direitos, rendimentos, remunerações, frutos, acréscimos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados à Conta Vinculada, incluindo-se os recursos investidos a partir da Conta Vinculada em determinados investimentos permitidos, nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Sobre a Conta Vinculada e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária" ou "Contrato de Garantia"). (ii) Demais condições: todas as demais condições e regras específicas relacionadas à emissão das Notas Comerciais Escriturais serão tratadas detalhadamente no Termo de Emissão. (iii) Aprovar a constituição, pela Companhia, em favor do Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas, da Cessão Fiduciária, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária. (iii) Autorizar a Diretoria da Companhia, representada por seus procuradores, conforme o caso, a negociar todos os termos e condições aplicáveis às deliberações aprovadas acima, bem como a praticar todos os atos e assinar todos os documentos, aditamentos, anexos, procurações, retificações ou ratificações aos documentos, documentos necessários, acessórios e relacionados à realização e correta formalização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, o Termo de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Distribuição, bem como assinar os documentos acessórios que se façam necessários, contratação do Agente Fiduciário e dos demais prestadores de serviço. (iv) Ratificar todos os atos que tenham sido praticados pela Diretoria, representada por seus procuradores, conforme o caso, anteriormente à data desta Reunião. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, ninguém se manifestando, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, depois de reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelo Presidente e Secretária da Mesa. Mesa: Presidente - Sr. Marcos Guilherme Tiburcio Fernandes e Secretária - Sra. Andréa Gonçalves de Oliveira. Conselheiros Presentes: Jose Antonio Fernández Garza-Lagüera, Salvador Alfaro Hernández, Constantino Spas Montesinos, Rodrigo José Patuzzo, Teofilo Lacroze e Ricardo Dell Aquila Mussa. Confere com a original lavrada no livro próprio. São Paulo, 19 de março de 2024. Mesa: Marcos Guilherme Tiburcio Fernandes - Presidente; Andrea Gonçalves de Oliveira - Secretária. JUCESP nº 127.091/24-5 em 22/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

